

## **Escravidão negra no Brasil:**

Uma análise a partir do livro de didático de história da coleção *Araribá Mais*.

*Thalita Costa Souza*<sup>1</sup>  
*Mariana Kamilla Santos Cardoso*<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo, objetiva dar um panorama sobre a temática da escravidão e as temáticas afro e realizar uma análise do livro didático do sétimo ano, da coleção *Araribá Mais*, buscando perceber as mudanças ocorridas nos conteúdos, devido os instrumentos de legislação do sistema educacional brasileiro. Desse modo, utilizando-se da literatura já consolidada sobre o tema, respaldado pela legislação educacional, pôde-se construir tal panorama e fornecer bases teóricas para realizar a análise do referido livro didático. Diante da análise realizada, o livro didático do sétimo ano, da coleção *Araribá Mais* apresenta a temática de forma satisfatória, de modo a trazer novas representações para o conteúdo, contrariando as perspectivas ditas tradicionais em relação à história do continente africano.

**Palavras-chave:** Ensino de História. Escravidão. Livro didático

**Abstract:** This article aims to provide an overview of the subject of slavery and Afro subjects and carry out an analysis of the seventh-grade textbook, from the *Araribá Mais* collection, seeking to understand the changes that have occurred in the contents, due to the legislation instruments of the Brazilian educational system. . Thus, using the already consolidated literature on the subject, supported by the educational legislation, it was possible to construct such an overview and provide theoretical bases to carry out the analysis of the preferred textbook. Given the analysis carried out, the seventh-grade textbook, from the *Araribá Mais* collection, presents the theme satisfactorily, to bring new representations to the content, contrary to the so-called traditional perspectives concerning the history of the African continent.

**Keywords:** Teaching of History. Slavery. Textbook

**Black slavery in Brazil:  
an analysis based on the history textbook from the *Araribá Mais* collection.**

---

<sup>1</sup> Mestra pelo Programa de Pós- Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão – PPGHIST-UEMA. Especialista em Docência do Ensino Superior pelo Instituto de Ensino de Superior Franciscano – IESF. Graduada em Licenciatura Plena em História pelo Centro de Estudos Superiores de Caxias – CESC, campus da Universidade Estadual do Maranhão e professora no Instituto Federal do Maranhão - IFMA, campus Imperatriz. E-mail: profathalitasouza@gmail.com

<sup>2</sup> Especialista em História do Brasil, Sociedade e Cultura pelo Instituto de Ensino de Superior Franciscano – IESF. Graduada em Licenciatura Plena em História pelo Centro de Estudos Superiores de Caxias – CESC, campus da Universidade Estadual do Maranhão e professora da Rede de Privada de São Luís – MA. E-mail. marianakamillas@gmail.com

## **Introdução**

Há algum tempo o ensino de História passou a ser visto como objeto de análise nos trabalhos acadêmicos. O livro didático, que por muito tempo não era visualizado como uma fonte de pesquisa, por ocupar um espaço de grande relevância dentro da educação básica, passa a ser objeto de investigação, visto ser um produto cultural, carregado de subjetividade de quem o produz.

O livro didático se estrutura a partir das definições contidas nos Parâmetros Curriculares Nacionais de História que deve ser aplicado de acordo com o ano do ensino fundamental. O Guia do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD 2020 propõe que a utilização do material permeie através das diversas realidades socioeducacionais (BRASIL, 2020). Outra questão que necessita de atenção é a carga ideológica que este material carrega e diante disso “o conhecimento de natureza histórica só fará sentido se remeter a reflexões com significado no presente e se for capaz de esclarecer e conduzir o sujeito aprendiz a tomadas de decisão autônomas, justas e éticas.” (BRASIL, 2020, p.5) e deve-se sempre ressaltar que este não é o único instrumento facilitador dentro da educação, outros subsídios didáticos devem ser utilizados dentro do processo de ensino e aprendizagem.

Sabemos que a presença de escravizados, trazidos do continente africano para a América Portuguesa é inegável, a primeira entrada de negros africanos data de meados do século XVI e em meados do século XIX, há registros da última embarcação trazendo escravizados para as terras brasileiras (RODRIGUES, 2005). Nesse entremeio adentraram pelo litoral brasileiro aproximadamente quatro milhões de escravizados africanos. Russel-Wood (2005, p.19) afirma que a sociedade brasileira em meados do século XVII estimava “como 95% de indivíduos de ascendência africana” e acrescenta usando as ideias de Frézier que “descreveu a capital do Brasil em 1714 como uma “Nova Guiné””, com referência ao continente africano.

Desse modo são notáveis os impactos trazidos pela instituição escravista para o Brasil e para esses povos que vieram para esse novo mundo no qual “[...] tradições, crenças e padrões de comportamento africanos sofreram modificações ao se adaptarem ao novo ambiente social, econômico, humano e ecológico”. (RUSSELL-WOOD 2005, p.42).

Silva (2013, p.1) apresenta mais dados numéricos a respeito da entrada de escravizados de ascendência africana, na qual “o Brasil aparece como a região que mais recebeu africanos, e Rio de Janeiro e Salvador juntos foram os portos responsáveis pela absorção de 1/3 destes” em seguida (SILVA, 2013, p.1 apud MOTA, 2004. p.77) acrescenta,

dando informações a respeito de outras regiões da América Portuguesa, como o Maranhão, onde a lógica de trabalho escravo:

Foi tardia, pois, somente a partir da segunda metade do século XVIII nos defrontamos com processos que já vinham sendo vividos em outras áreas do Estado do Brasil desde os séculos XVI e XVII: a montagem e funcionamento do sistema agro-exportador.

Mediante as estimativas apresentadas, é impossível negar a presença africana na formação brasileira, esses indivíduos contribuíram, e muito, para formação da nossa história. É necessário percebê-los para além de mão de obra, afinal novos estudos surgem e nos trazem outras visões sobre os negros africanos no Brasil, sobre relações escravas, as profissões e, até mesmo, nos mostrando sua concepção com relação à lógica servil que estava condicionado (RUSSELL–WOOD, 2005).

Através dessas afirmações não se pode negar que a existência de aproximadamente quatro milhões de escravizados advindos de um continente tão rico em diversidades, sejam elas, culturais, políticas, econômicas e sociais, não tenha causado impactos e deixados traços de sua identidade em nossa sociedade. Russell–Wood (2005, p.29) partindo das ideias de Ramos, afirma que “o indivíduo de ascendência africana não só como componente integral e inalienável do processo brasileiro de construção da nação, mas como contribuinte essencial da diversidade de culturas implantadas no Novo Mundo [...]”. A partir desses apontamentos, pode-se rapidamente vislumbrar a extensão e impacto da sociedade escravista.

A categoria raça foi, indiscutivelmente, um dos pilares econômicos, culturais e sociais do mundo atual. A raça, a despeito da perspectiva de diversos autores que partem de uma visão mais decolonial, serviu ao propósito de validar uma suposta superioridade, e consolidar, lentamente, uma dominação de determinados povos sobre outros. Em um contexto histórico moderno e pré-capitalista, o papel crucial da criação da categoria "raça" tem sido objeto de discussão nas últimas décadas por autores que reavaliam o conceito de colonialidade. Essa revisão procura desafiar as lógicas de análise tradicionalmente centradas na perspectiva branca e nas classes dominantes até então. O que se observa é um movimento teórico e epistemológico que busca examinar esses fenômenos sob a ótica dos povos historicamente dominados. Assim, tem-se o racismo como “princípio organizador ou uma lógica estruturante de todas as configurações sociais e relações de dominação da modernidade”. Grosfoguel (2019, p. 59)

Destarte, entender as categorias colonialidade e raça, é estabelecer uma linha de compreensão que permite olhar mais atentamente às lógicas de dominação ligadas a estas categorias. No Brasil, de forma semelhante ao funcionamento das lógicas de racismo nas sociedades latinas, este desenvolveu-se de modo velado. Lelia Gonzalez (2020) em suas obras destaca que nas sociedades anglo-saxônicas, o racismo se expressa de forma mais aberta, onde a negritude é reconhecida com base em elementos como a ascendência negra, a linhagem e os antepassados.

Cresceram os estudos sobre a escravidão visando combater a clássica imagem do trabalho compulsório do indivíduo de ascendência africana, orientada a partir de dois sujeitos, o senhor de escravos e o próprio escravizado meio desnudo, coisificado, transparecendo aceitar de forma pacífica toda essa situação, ressaltando o primeiro como superior e o segundo sempre no papel de subordinado.

As discussões levantadas partiram do livro didático do sétimo ano, series finais do ensino fundamental, da coleção *Araribá Mais - História*, da editora Moderna, observaremos o conteúdo disposto no livro que trate acerca da escravidão africana no Brasil, ponderando os textos escritos, a linguagem visual, buscando perceber como o conteúdo é disposto e como se dá seu desdobramento dentro do espaço escolar, evidenciar se a temática sobre escravidão africana dentro do livro didático ainda encontra-se presa a estereótipos, mostrando sujeitos inertes, fugindo do que se está proposto nas legislações educacionais.

Prosseguindo, trataremos dos diferentes meios de regulamentação do âmbito educacional, percebendo como estes instrumentos permeiam sobre o ensino de história da África dentro do sistema educacional brasileiro.

### **As relações étnico-raciais na legislação educacional brasileira.**

As ações proferidas pelo Estado voltadas para a educação, dando destaque para as políticas públicas, fazem com que ele cumpra com seu dever. O livro didático inclui-se como uma política afirmativa, visto que chega ao alunado sem que o mesmo o custeie, se ponderarmos o nível socioeconômico da grande parte dos discentes da rede pública de ensino, sabemos a grande maioria não teriam como subsidiar o manual didático.

Saviani (2010) nos aponta que a primeira tentativa de organizarmos nosso sistema educacional ocorre na década de 30, todavia não logramos sucesso devido o encabeçamento do Estado Novo, a busca por essa organização só será alcançada, com a criação da nova Lei

de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, uma consequência da Carta Magna de 1988, todavia, como é explanado pelo autor dispúnhamos de “uma LDB minimalista para não comprometer sua política educacional que promovia a desresponsabilização da União com a manutenção da educação, ao mesmo tempo em que concentrava em suas mãos o controle [...]” (SAVIANI, 2010, p.776). A Lei 9.394/99 que é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB traz em seu **corpo textual** o reconhecimento de sociedade diversificada e como isso pensa em uma educação atingindo esses grupos diversos, isso permeando entre educação inclusiva, profissional, técnica, básica e até grupos que perpassam a educação básica, como EJA – Educação de Jovens e Adultos, vale ressaltar que houveram avanços com a sanção da LDB, mas há muitas questões que infelizmente não saíram do papel.

A diversidade étnico-racial dentro da LDB é apontada dentro do art.26 no quarto parágrafo quando propõe que o “ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, **africana** e europeia” (BRASIL, 2017 p.20, *grifo meu*) e como a alteração no texto da LDB proposto pela Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, indica que “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se **obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.**” (BRASIL, 2017 p.21, *grifo meu*). Devido à diversidade que há na formação do nosso país, não há como estudar História do Brasil sem a inclusão dessa pluralidade étnica que contribuíram com a construção da nossa nação, “não há verdadeira história do Brasil sem a inclusão da participação do cidadão negro na constituição da nação brasileira, o mesmo se diga das etnias indígenas” (CARNEIRO,2018, p.341).

Outra legislação que vem a coadunar com o não silenciamento histórico da pluralidade étnica é a Lei 13.005/2014, o Plano Nacional da Educação – PNE, que tem como principal objetivo desenvolver metas e estratégias, para serem realizadas e alcançadas e assim proporcionar uma educação mais democrática para os agentes que estão inseridas nela. Podemos aqui destacar os incisos III, V e X do Art.2 da Lei 13.005/2014, que respectivamente propõem:

[...] III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; [...] V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; [...] X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental. (BRASIL, 2014)

O PNE propõe 20 metas, que devem ser realizadas no período de 2014 a 2024, e para que logre sucesso no cumprimento das referidas, para cada meta é proposto algumas estratégias que irão facilitar o alcance. O mesmo só colherá frutos se as esferas municipais, estaduais, distritais e federais incluírem esse documento na elaboração de seus planos educacionais. É notável dentro das estratégias propostas o olhar voltado para as comunidades quilombolas e a busca pelo nivelamento dentro das salas de aula das pessoas negras, vejamos:

Apesar do aumento expressivo da população negra na sociedade brasileira, outro grande desafio é igualar a média de escolaridade entre negros e não negros. Como mostra o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), na população negra entre 18 e 24 anos, 1,1% não tem nenhum nível de escolaridade, 70,7% estão fora da escola e apenas 1,4% tem o ensino superior completo. Na população não negra, essas taxas são de 0,6%, 64,5% e 4,5%, respectivamente. No que se refere à população negra entre 25 e 29 anos, 1,5% não conta com nenhum nível de escolaridade, 84,1% estão fora da escola e apenas 5,7% possuem o ensino superior completo. Essas desigualdades também se refletem na participação e rendimento no mercado de trabalho. Considerando a desigualdade de gênero, a população negra apresenta as mais elevadas taxas de desocupação e de rendimento, ainda que disponha do mesmo nível de escolaridade. Segundo estudo do IPEA (2012), a taxa de desocupação do homem negro é de 6,7%, e a da mulher negra 12,6%, enquanto a de homem e mulher não negros é de 5,4% e 9,3%, respectivamente. (BRASIL - PNE, 2014. p.33)

Obviamente que mais de 300 anos de escravidão, deixaram raízes profundas na nossa sociedade, a figura do negro, e do indígena também, sempre posta de forma marginalizada, e as intervenções propostas na LDB e no PNE, por mais que ainda sejam tímidas, mas já abre espaço para que seja delimitados caminhos para uma educação mais inclusiva, desfeita de mitos e estereótipos que permeia e se adéque a diversidade educacional que dispomos, visto que a “função da escola é precisamente educar e reeducar as gerações não só para corrigir este desvio de nossa sociedade, como também construir para a produção de mecanismo de reparação pelo Estado brasileiro” (CARNEIRO, 2018, p.345).

Outro instrumento regulamentador da nossa educação básica são os PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais, que propõe atender aquilo que está disposto na LDB, todavia, traz orientações mais flexíveis para que sejam aplicadas as diferentes regiões do Brasil, respeitando suas particularidades. Os PCN encontram-se organizados por quatro ciclos, no caso do ensino fundamental, e por disciplinas. No primeiro e segundo ciclo encontram-se os anos iniciais, e no terceiro e quarto os anos finais do fundamental. O PCN de 1998 propõe:

[...] contribuir para que os alunos compreendam a realidade atual em perspectiva histórica, é significativo o desenvolvimento de atividades nas quais possam questionar o presente, identificar questões internas às organizações sociais e suas relações em diferentes esferas da vida em sociedade, identificar relações entre o presente e o passado, discernindo semelhanças e diferenças, permanências e transformações no tempo. (BRASIL, 1998 p. 53)

O terceiro ciclo, que é onde se encontra o ano que estaremos analisando o livro didático de história, está organizado através do eixo temático “História das relações sociais, da cultura e do trabalho que se desdobra nos dois subtemas, as relações sociais e a natureza. e as relações de trabalho” (BRASIL, 1998 p. 55), o eixo e os subtemas propõem analisar a singularidades dos momentos históricos, na disposição de seus objetivos é perceptível o espaço dado a pensar sobre a história da África, propondo temáticas como a origem do homem na África, suas atividades econômicas, escravização e resistência isso sendo pensado entre História do Brasil e a História Global. A proposta dos PCN em trazer temáticas transversais, como ética, orientação sexual, meio ambiente, por mais que na prática isso muitas vezes não seja aplicado dentro da sala de aula, para dentro das áreas afins é imensamente válido, contundo convenhamos que no trato sobre a história do continente africano ainda se encontra presa a uma história unilateral.

Como é possível perceber, a elaboração de instrumentos legisladores para o sistema educacional brasileiro encontra-se em movimento há bastante tempo, sempre buscando melhorias para os currículos. A Base Nacional Curricular Comum – BNCC vem para agregar ainda mais na organização curricular, encontra-se sistematizada em *competências gerais e específicas e habilidades* das áreas afins. Norteia de forma normatizada o processo de ensino e aprendizagem, dispendo as “aprendizagens essenciais” para que o alunado conclua a educação básica, fazendo isso a partir da valorização e utilização dos “conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.” (BRASIL, 2017 p.9) e isso tudo em consonância com as demais legislações. Comunga com a pluralidade étnica do nosso país, e que os estereótipos criados acerca dessa diversidade devem ser desnaturalizados. BNCC de História dos anos finais define três procedimentos básicos para que ocorra de forma coerente o processo de ensino e aprendizagem, são eles:

1 - Pela identificação dos eventos considerados importantes na história do Ocidente (África, Europa e América, especialmente o Brasil), ordenando-os de forma cronológica e localizando-os no espaço geográfico. 2- Pelo

desenvolvimento das condições necessárias para que os alunos selecionem, compreendam e reflitam sobre os significados da produção, circulação e utilização de documentos (materiais ou imateriais), elaborando críticas sobre formas já consolidadas de registro e de memória, por meio de uma ou várias linguagens. 3 - Pelo reconhecimento e pela interpretação de diferentes versões de um mesmo fenômeno, reconhecendo as hipóteses e avaliando os argumentos apresentados com vistas ao desenvolvimento de habilidades necessárias para a elaboração de proposições próprias. (BRASIL, 2017 p.414)

No que se refere às habilidades apresentadas para os anos de 6º a 9º, a história da África é visível em todos os anos, pontuando mais os seus processos históricos, sua formação, seu povo e suas relações com as demais localidades do mundo, mas ainda há lacunas sobre essa história que precisam ser pensadas e levadas para o espaço escolar. Através da análise que realizaremos no próximo tópico, será possível perceber se os instrumentos aqui pontuados, mesmo contendo suas limitações, estão sendo levados em consideração na construção do livro didático que chegam até as salas de aula da educação básica do nosso país.

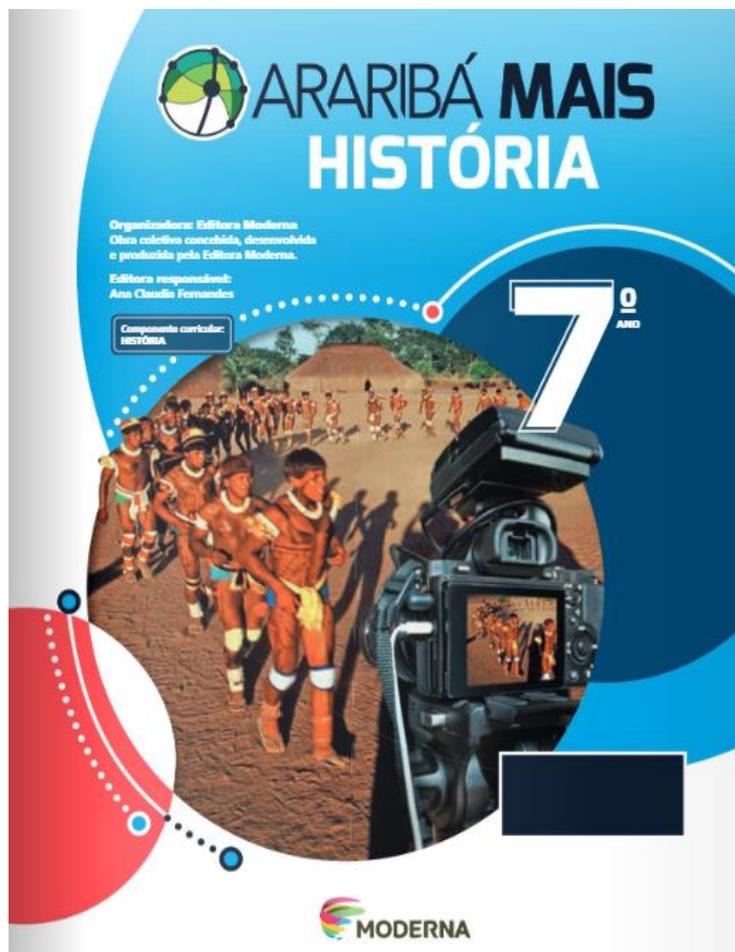
#### **A escravidão africana no livro didático Araribá Mais História.**

O objeto de nossa análise será o livro didático de História da coleção Araribá Mais, que é organizado pela editora Moderna. O livro encontra-se organizado em vinte e um capítulos distribuídos em oito unidades, contendo 240 páginas. O livro possui alguns elementos como *glossário*, *lugar e leitura* que irá apresentar situações referentes ao conteúdo, *boxe simples* contendo informações complementares, *integrar conhecimento* que relaciona o conteúdo trabalhado com outras áreas, *em debate* que propõe outros discursos acerca do conteúdo exposto, *documento* na qual irá apresentar fontes historiográficas, *ícones de livro*, *vídeo e site* sinalizando que indicações para complementar o aprendizado, entre outros elementos que levam o corpo discente e docente a refletir sobre a temática proposta no capítulo. A respeito da temática escravidão africana neste livro, a análise disposta no Guia do PNLD já nos aponta o que encontraremos, vejamos:

Em seu conjunto, a obra apresenta temas que promovem uma cultura de paz e manifesta sensibilidade ao tratar da valorização dos direitos humanos em sua amplitude. Temas como História da África são abordados no sentido de desconstruir preconceitos, mostrando a importância da cultura africana e a sua influência no mundo ocidental. De maneira geral, a imagem dos afrodescendentes é apresentada através da narrativa das lutas, movimentos de resistência e da valorização da cultura negra no Brasil, não apenas como

fontes para a problematização do passado dos povos escravizados, mas também como possibilidade para valorizar o protagonismo social desses grupos. (BRASIL, PNLD, 2020 p.84)

**Imagem 1 – Capa do livro Araribá Mais – História, 7º ano.**



Fonte: Coleção Araribá Mais, 2020.

A presença da temática no livro é bem satisfatória, dentre vinte um capítulos, em sete aparecem discursos historiográficos sobre escravidão e história da África. Na *Unidade I – Reinos e povos da África*, algo que chama atenção é a imagem de abertura da unidade, saindo do estereótipo de apresentar uma África composta de savanas, mostra uma cidade da Nigéria, urbanizada, composta de edifícios, desfazendo a ideia de local inerte, que não evoluiu. O primeiro e segundo capítulos da unidade trata sobre os reinos de Gana e Mali e sobre os povos iorubas que são mostrados como grandes centros políticos e econômicos e apresenta a desenvoltura intelectual apontando a existência de um complexo educacional formado por universidades em pleno século XII. Valoriza a tradição oral, que é o principal meio de

reconstruir a história do continente, que por muito tempo foi considerado sem cultura e sem história devido a escassez de fontes escritas, dispondo textos que mostrem suas crenças e interpretações do mundo. Mediante análise é possível identificar nestes dois capítulos a unidade temática da BNCC que trata sobre as conexões entre sociedades africanas e notamos a presença da habilidade EF07HI03 que propõe o estudo sobre as especificidades africanas, americanas e as demais.

No capítulo 13 da unidade V, o livro adentra na temática sobre colonização portuguesa na América. Aponta que o comércio açucareiro ganhará corpo com o início do tráfico de africanos para a região. É disponibilizada uma imagem apontando os impactos desse comércio para o continente africano, que nos faz refletir sobre a presença desse comércio dentro do próprio continente africano, que modificou estruturas políticas e deixou marcas até os dias atuais.

### Imagem 2 – Impactos do comércio de escravizado na África.



Fonte: Coleção Araribá Mais, 2020, p 146.

No capítulo seguinte é colocado a vivência desses escravizados dentro dos engenhos de açúcar, apresentando uma divisão de trabalho entre homens e mulheres, e mostrando que estes escravizados dispunham de outras de habilidades que não fossem ligadas a atividade agrícola, vejamos:

Os africanos escravizados realizavam a maior parte das atividades nos engenhos. Além de participar da produção de açúcar, trabalhavam como marceneiros, barqueiros, ferreiros e pedreiro muitos desempenhavam atividades especializadas, pois possuíam conhecimentos e técnicas que foram desenvolvidos pelos povos do continente africano, com uma metalúrgica, o artesanato e a arte de construção de objetos e edificações E as mulheres escravizadas em geral realizavam diversas atividades domésticas [...] (COLEÇÃO ARIRABÁ MAIS, 2020 p. 157)

Mostrando que o escravo não foi agente passivo dentro desse sistema, o livro nos mostra as formas de resistências usadas pelos negros, como a fuga para quilombos, evitavam ter filhos, para assim não dá mais uma mão de obra para o senhor de engenho, assassinavam seus senhores e seus familiares, adequaram sua religiosidade com a doutrina cristã, visto que as suas crenças eram vistas como diabólicas.

Para uma melhor visualização da temática é disponibilizado o link de acesso a Biblioteca Nacional Digital, que leva a um dossiê que trata sobre o tráfico de escravizados para o Brasil e o link do Parque Memorial do Quilombo dos Palmares, que proporcionará aos visitantes mais informações sobre o maior quilombo existente em terras brasileiras e ainda poderá fazer um passeio virtual pelo memorial.

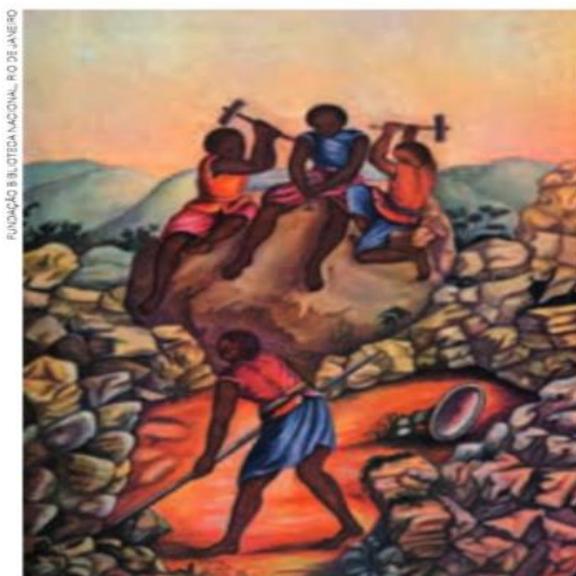
O livro nos apresenta um indivíduo ativo, com outras atividades dentro da economia da época, que não aceitou facilmente a lógica do trabalho escravo e para contrapor versões consolidadas sobre a imagem do escravizado o mesmo propõe na página 162, o elemento *em debate*, que apresenta duas diferentes visões a respeito do escravizado, uma de Gilberto Freyre que aponta essa vivência feliz e harmoniosa sem conflitos e a visão de Jacob Gorender que mostra o oposto, propondo ao alunado duas versões de uma mesma história, na qual ambas deverão ser pensadas e analisadas pelo aluando.

Já nos capítulos finais do livro didático os africanos aparecem quando passa a se tratar sobre os escravos de ganhos e as quitandeiras, e neste momento pode-se desfazer o imaginário do negro somente dentro dos canaviais, sim essa era principal linha de atuação, mas não era a única, podemos encontrar escravos que trabalhavam como em diversas áreas como vaqueiros, sapateiros, sambiqueiros. Mota (2012, p.70) nos mostra outros ofícios realizados pelos escravizados,

[...], pois vários são indicados como do serviço de casa. Outras mulheres são apontadas como lavadeiras, gomadeiras, costureiras e até bordadeiras. Assim como haviam homens qualificados como pedreiro, aprendiz, oficial e mestre de carapina, calafate, prático da carreira do Itapecurú [...]

Quando o livro se debruça sobre a exploração do ouro e diamante, há dentro do texto um trecho que trata sobre Chica da Silva, uma negra, ex-escravizada que manteve relacionamento com o contratador de diamantes, João Fernandes de Oliveira, por mais de uma década, apontando superficialmente sobre sua vivência com mulher negra dentro de uma sociedade escravista, mas que ocupou um local de destaque, não há grandes detalhes sobre ela no enunciando, mas no manual do professor sugere que o mesmo traga mais informações para dentro da sala de aula a respeito de Francisca da Silva. Outro ponto que merece atenção é a representação dos escravizados, nas imagens dispostas no livro, que atuavam na exploração de diamante e ouro, estes não se encontram desnudos da cintura pra cima, desfazendo este imaginário a respeito deles, e o manual do professor propõe que a não definição dos escravizados, como homens ou mulheres, como é possível visualizar na imagem abaixo, pode ser a representação da visão homogênea da sociedade branca e europeia da época para com os negros.

### **Imagem 3 – Escravizados trabalhando na mineração.**



JULIÃO, Carlos. *Escravos britadores de pedra para a extração de diamantes*. Séculos XVIII-XIX. Aquarela, 45,5 cm x 35 cm. A obra representa a extração de diamantes na região do Serro Frio. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Fonte: Coleção Araribá Mais, 2020, p 216.

O livro encerra propondo uma reflexão acerca da dinâmica da escravidão ao longo de sua existência. A vivência da Nova História dentro do campo historiográfico possibilitou

aberturas para que as histórias de indivíduos, como os escravizados africanos ganhassem mais espaço dentro das páginas dos livros didático, por mais que se trate de um tema que ao longo do tempo é debatido, mas ainda há muito para conhecer e descobrir sobre as vivências, influências e contribuições dos negros africanos no Brasil, no próprio continente africano e demais localidades mundiais.

Após análise, percebemos que o livro se desenvolve a partir de uma temporalidade linear comum dentro dos livros didáticos. Nota-se o cuidado dos autores para não reproduzirem estereótipos e discriminações. Dentro das referências do livro é visível um número mais expressivo de textos de pesquisadores brasileiros e africanos, tais como Elikia M'Bokolo e Joseph Ki-zerbo, há dentro das unidades o destaque da presença africana, através das indicações sites, vídeos, filmes e museus que retratam personalidades e a história africana. As imagens presentes nas unidades e capítulos conversam com o que está descrito, são complementos para o tema tratado. É interessante ressaltar que a historiografia africana presente no livro não se encontra presa somente a temática da escravidão, temas como religiosidades, organização políticas, econômicas e intelectuais dos povos mais antigos do continente dispõem de uma unidade do livro para tratar sobre as referidas questões, mas vale ressaltar que ainda não há espaço para a historiografia dos africanos que viviam abaixo do deserto do Saara, a África subsaariana, os povos africanos tratados na primeira unidade ainda encontram-se geograficamente próximo ao continente europeu.

### **Considerações finais.**

O conteúdo do livro segue o que é proposto pela BNCC, organizados conforme os objetos de conhecimento da mesma. Reconhecemos dentro do texto as habilidades da Base Nacional, tais como as dinâmicas comerciais, os aspectos das sociedades africanas antes dos colonos chegarem, a apresentação de documentos que propõem novas discussões acerca da temática, diálogos sobre o conceito de escravidão e seus agentes, consequentemente atingem o eixo temático e os subtemas dos PCN's.

O reconhecimento do livro didático enquanto fonte histórica, nos possibilita repensar discursos historiográficos, particularmente sobre a temática aqui trabalhada, nos possibilita refletir sobre a construção das pluralidades existentes na sociedade do passado e seus reflexos no presente. Percebemos transformações expressivas a respeito da temática, todavia, como dito anteriormente, mesmo como os avanços proporcionados pelos instrumentos legisladores,

a vivência escrava, a pluralidade étnica e a história da África, ainda não foram contempladas dentro dos livros didáticos na forma complexa que esta necessita.

As legislações que dispomos atualmente são grandes conquistas, todavia ainda existem inúmeras barreiras que interferem para que a mesma possa acontecer com qualidade, uma que podemos citar é a pouca aproximação do profissional da educação básica com a temática. Isso está sendo modificado lentamente, pois juntamente com a legislação aconteceram avanços com relação às ações afirmativas dentro das IES, conseqüentemente, surgem produções científicas que versam sobre a temática, contudo, essas produções, em sua grande maioria, não saem das balizas do ensino superior.

As produções de materiais que discutem sobre a escravidão africana, devem continuar sendo trabalhadas e produzidas intensamente, disponibilizadas e divulgadas para que cheguem às salas de aulas e possam contribuir e somar com as discussões do livro didático. Reconhecer a presença, dos africanos em nossas terras, e ainda mais, reconhecer que estes não são coadjuvantes na construção da nossa história é um exercício que deve ser feito constantemente.

## Referências

BRASIL, **Lei de diretrizes e bases da educação nacional - LDB**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Curricular Comum**, 2017.

BRASIL, Ministério da Educação. **Plano Nacional do Livro Didático. Guia do livro didático 2020**. Brasília, MEC.2020

BRASIL, **Plano Nacional de Educação 2014-2024: Lei nº13.005 de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm) >. Acesso em 01 de julho de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação - MEC. **Planejando a Próxima Década. Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação - PNE**. Ministério da Educação/Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/Sase): Brasília, DF. 2014.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais- PCN: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC/SEF, 1998.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil: leitura critico-compreensiva artigo a artigo**. 24. ed. Petropolis: Vozes, 2018. 882 p.

COLEÇÃO ARARIBÁ MAIS. **História**. 1ª Ed. São Paulo: Moderna, 2018.

GONÇALVES, Paulo Celso Costa. **Políticas públicas de livro didático: elementos para compreensão da agenda de políticas públicas em educação no Brasil**. 2017. 244 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/19891/1/PolíticasPublicasLivro.pdf>. Acesso em: 25 de junho de 2023.

GONZÁLES, L. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. In: RIOS, F; LIMA, M. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. P. 139 – 150

GROSFUGUEL, R. (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 55-77.

MOTA, Antonia da Silva. **As famílias principais: redes de poder no Maranhão Colonial**. - São Luís: EDUFMA, 2012.

PINA, Maria Cristina Dantas. **A escravidão no livro didático de história: Rocha Pombo e o ensino de história na primeira república**. V Jornada escolares brasileiras: história, historiografia e práticas. 2005. Disponível em: <http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/NEAB/Maria%20Cristina%20Dantas%20Pina.PDF>. Acesso em 10 de julho de 2023

RODRIGUES, Jaime. **Arquitetura naval: imagens, textos e possibilidades de descrições dos navios negreiros**. In: FLORENTINO MANOLO (org.) Tráfico, cativo e liberdade (Rio de Janeiro, século XVII - XIX). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005

RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Escravos libertos no Brasil Colonial**. Tradução de XVII - XIX). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **Organização da Educação Nacional: Sistema e Conselho Nacional de Educação, plano e fórum nacional de educação**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 31, n. 112, p. 769-787, jul.-set. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n112/07.pdf> Acesso em 10 de julho de 2023

SERRA, Cirylla Regina Ferreira. **Ensino e Historicidade Africana no Sistema Educacional Brasileiro: livro didático, racismo e a lei 10.639/03**. 2019. 136 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós - Graduação em História - PPGHIST, Universidade Estadual do Maranhão, São Luis, 2019. Disponível em: <http://www.ppghist.uema.br/wp-content/uploads/2016/12/Texto-Dissertativo-Cirylla-Serra1.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2023.

SILVA, Jane Cláudia da. **AS CONSTRUÇÕES DA BNCC E A QUESTÃO DOS ESTUDOS DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS**. 2018. 40 p. Artigo científico (Pedagogia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. Disponível em: <https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/9446/1/As%20conctru%C3%A7%C3>

%B5es%20da%20BNCC%20e%20o%20Estudos%20das%20rela%C3%A7%C3%B5es%20etnico%20racial.pdf. Acesso em: 13 jul. 2023.

SILVA, M. C. G. **Rotas negreiras e comércio de africanos para o Maranhão colonial 1755- 1800**. In: VI Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Florianópolis, 2013. Disponível em:  
<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos.6/mcelestegomes.pdf>. Acesso: 09 de julho de 2023.

Recebido em: 28 de julho de 2023

Aprovado em: 20 de novembro de 2023